

# Voto pode decidir futuro das florestas do País

Comissão do Congresso analisa terça-feira nova proposta de alteração do Código Florestal

HERTON ESCOBAR e SANDRA SATO

O projeto substitutivo que pode decidir o futuro das florestas do País vai ser votado na terça-feira pela comissão mista do Congresso que analisa mudanças no Código Florestal. No centro da discussão está o avanço da fronteira agrícola na Amazônia. A bancada ruralista, que domina a votação, quer relaxar as restrições sobre o corte de mata nativa em propriedades particulares. Os ambientalistas e o Ministério do Meio Ambiente querem o oposto: garantir o mínimo de desmatamento e exigir por lei a recuperação da mata derrubada ilegalmente.

Quem lidera a investida ruralista é o relator da comissão mista, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Ele cedeu com exclusividade ao Estado uma cópia do novo projeto. Segundo o texto, qualquer proprietário rural do País terá de conservar pelo menos 20% de sua área como mata nativa, compondo a chamada reserva legal. Pela medida provisória em vigor, a área é de no mínimo 80% para a

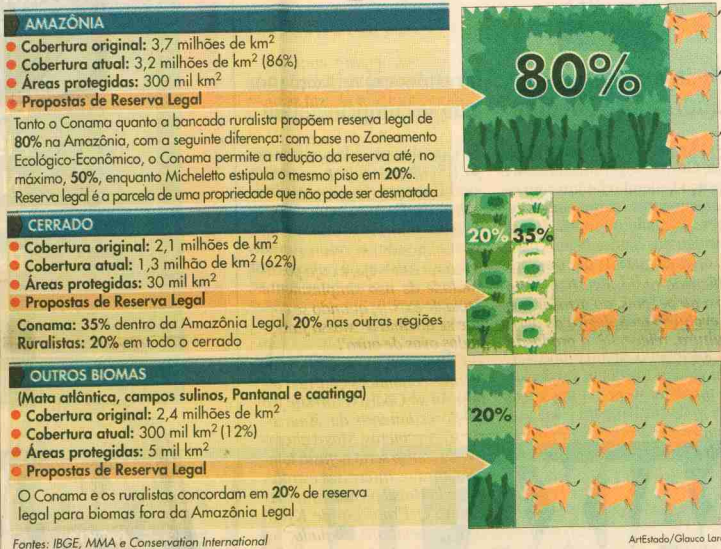
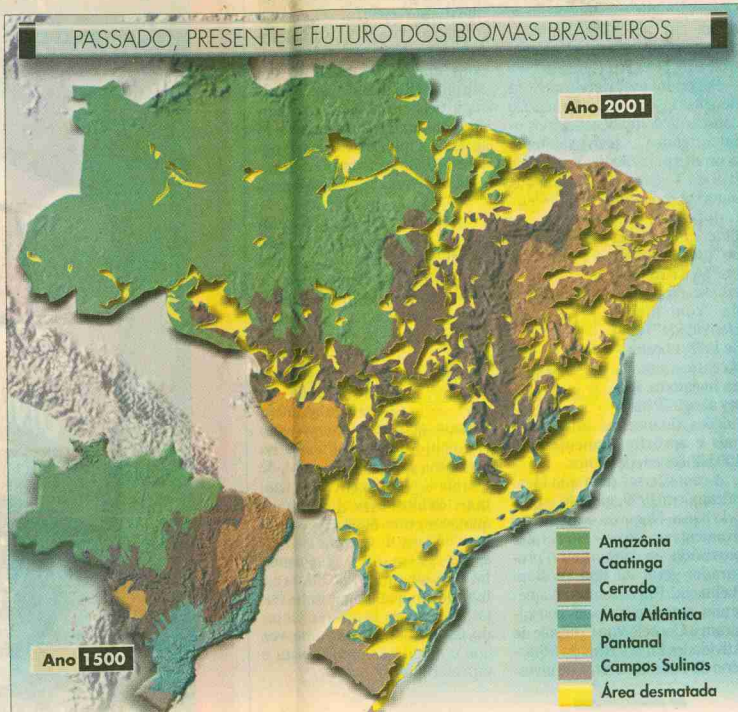
Amazônia, 35% para o cerrado e 20% para o resto do País. A novidade do projeto é que Micheletto mantém a cota para a Amazônia, mas não permite que essa proporção seja reduzida a zero pelo Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) depois de cinco anos, como previa o texto anterior. Para o cerrado, ele propõe 20% de reserva legal, mesmo dentro da Amazônia Legal.

**Interpretação** - Micheletto reconhece que o seu texto dava margem à interpretação de que se poderia acabar com a reserva legal. Manter um mínimo de área conservada, diz o deputado, atende às reivindicações ambientalistas. Para garantir o apoio dos proprietários rurais, no entanto, o relator determina que as áreas de preservação permanente (APPs) possam ser computadas na demarcação da reserva legal. Diferentemente da área de reserva legal, que pode ser explorada de maneira sustentável, as APPs devem permanecer intocadas. São áreas de matas ciliares, morros e cabeceiras de rios, onde a cobertura vegetal garante a qualidade do solo e dos recursos hídricos. Se a proposta de Micheletto for aceita, essas áreas de preservação obrigatória poderão contar como reserva legal. "Acho que a proposta final agrada aos dois lados", disse Micheletto. "O ideal nunca será atingido, isso aqui é o possível."

**Disputa** - Outro ponto de disputa diz respeito à recomposição de áreas desmatadas ilegalmente. Segundo a nova proposta, o fazendeiro que já desmatou sua propriedade além do que determina a lei poderá usar outra área para formação da reserva legal, desde que na mesma microbacia. Propriedades de até 30 hectares estariam dispensadas de repor a reserva legal. "Isso vai acabar com a mata atlântica, ou o pouco que resta dela", avalia Paulo Prado, diretor de Políticas Ambientais da Conservation International, já que a maioria das propriedades nesse ecossistema é de pequeno porte. Os ruralistas também querem que as áreas devastadas possam ser reforestadas com eucalipto e pinus, em vez da vegetação original.

O novo projeto autoriza ainda o governo federal a criar programas de financiamento para recuperação de áreas degradadas com juros subsidiados e longos prazos. Também cria o bônus de conservação ambiental, a ser emitido pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Os bônus iriam para proprietários que preservassem mais que o exigido e seriam vendidos a quem necessitasse recompor áreas de preservação.

Além disso, o deputado aceita que o ZEE seja realizado pelos Estados e municípios, mas seguindo diretrizes estipuladas pelo governo federal, como que-



Amazônia: ruralistas querem relaxar restrições a corte de mata nativa em propriedades particulares

## Necessidade de nova lei ambiental une adversários

É impossível fiscalizar e fácil trapacear com regras que podem mudar a qualquer hora

Em meio a críticas e acusações, ruralistas e ambientalistas concordam: o País precisa se decidir por uma lei ambiental. E logo. Desde julho de 1996 o Código Florestal é regido pela Medida Provisória 2.166, que precisa ser reeditada pelo governo a cada 30 dias. Como as regras do jogo podem mudar a qualquer momento, fica fácil trapacear e impossível fiscalizar. "Estamos com as mãos atadas", compara o procurador de Justiça de São Paulo e especialista em direito ambiental Antônio Herman Benjamin. "Aplicar uma política florestal com validade de 30 dias é simplesmente impraticável."

O problema começou com uma resposta bem intencionada do governo para conter o desmatamento na Amazônia, após as taxas recordes de destruição registradas entre 1994 e 1995. Entre outras coisas, a MP 2.166 elevou de 50% para 80% a exigência de reserva legal em áreas de floresta amazônica.

A resposta dos ruralistas foi imediata. Logo de início, a bancada assumiu controle quase que absoluto sobre a comissão mista criada para transformar a medida provisória em lei. Dos 16 integrantes da comissão, 11 eram vinculados aos interesses dos grandes proprietários rurais, liderados pelo deputado paranaense Moacir Micheletto (PMDB). Hoje o domínio é ainda maior: são 14 contra 2.

Em 66 edições, a MP sofreu várias modificações, na maior parte em favor dos ruralistas. Em novembro e dezembro de 1998, novas edições reduziram a reserva legal no cerrado da Amazônia de 50% para 20% e anistiarão os fazendeiros da obrigação de recompor as florestas já destruídas. "A medida provisória começou como algo positivo, mas rapidamente começou a apontar no sentido contrário", comenta o coordenador da Campanha S.O.S Florestas, Marcos Gonçalves.

O primeiro projeto substitutivo de Micheletto veio em novembro de 1999, com propostas para reduzir as cotas de reserva legal na Amazônia de 80% para 50%, além de conceder anistia aos proprietários que desrespeitaram a legislação. O texto foi imediatamente rejeitado por uma aliança de organizações não-governamentais (ONGs), que pressionaram o governo a barrar a votação do projeto. Mas a vitória foi temporária. Com controle quase total sobre a comissão mista, Micheletto mantém autonomia para submeter ao Congresso o texto que bem entender.

A MP atual foi elaborada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em março deste ano, após três meses de deliberação com representantes de governo, ambientalistas e proprietários rurais. A intenção era que o texto fosse adotado pela comissão mista como novo projeto de lei para substituir o Código Florestal, mas Micheletto não adotou a proposta.

**Punição** - O procurador Benjamin acredita que são pequenas as chances do projeto ruralista ser aprovado em plenário no Congresso, onde o poder da bancada é menor. "Em última instância, tenho confiança que o presidente vetará o projeto."

Mesmo que a MP do Conama seja transformada em lei, como querem os ambientalistas, é imperativo que seja determinado um sistema punitivo para os fazendeiros que desrespeitarem a legislação, diz Benjamin. "O ideal seria que nenhuma propriedade pudesse receber incentivos fiscais sem cumprir o código. Basta isso e não precisaríamos de mais fiscais nem helicópteros." (H.E.)

## Presidente da comissão quer aprovação rápida do projeto

Proposta ainda precisa passar pelo Congresso Nacional antes de virar lei

SANDRA SATO e SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA - A aprovação do projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) na terça-feira é dada como certa pelo presidente da comissão mista que examina o tema, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Os parlamentares comprometidos com a causa ambiental, no entanto, articulam o adiamento da decisão. "Vou pedir vistas", antecipou a senadora Marina Silva (PT-AC).

O pedido de vistas pode adiar a votação do projeto de Micheletto por até cinco dias, o que, na opinião da senadora acreana, é uma forma de ganhar tempo para discutir melhor as "inovações" incluídas

pelo deputado na última versão do relatório, concluída sexta-feira. Mas, se outro integrante da comissão também resolver pedir vistas, o projeto voltará à pauta no dia seguinte.

Para sensibilizar os parlamentares, entidades ambientalistas promoverão manifestações no Congresso desde o início do dia, mas guardam segredo sobre a estratégia para não estragar o efeito surpresa.

O senador Jonas Pinheiro quer encerrar os trabalhos da comissão na terça-feira para que a proposta siga para o plenário do Congresso, última etapa antes de virar lei. "Se tiver algum acerto, que se faça no caminho até o plenário", afirmou o senador. Pelo regimento, o projeto pode entrar na pauta no mesmo dia em que for aprovado na comissão.

Mas certamente não será tão rápido assim. O senador Pinheiro estima que a votação em plenário ocorrerá entre 20 e 24 de setembro. "O PMDB não vai votar de afogadilho

um tema que merece análise minuciosa", disse o líder do partido no Senado, Renan Calheiros. A votação na comissão mista - onde há 14 parlamentares afinados com os ruralistas e 2 ligados aos ambientalistas - não deverá ser tranquila.

**Emendas** - Os parlamentares tentarão mudar a proposta de Micheletto, apresentando destaques para votação em separado de emendas ao projeto. Os ruralistas já apresentaram suas emendas na semana passada. Uma delas, a ser votada em separado, é a do senador Moreira Mendes

(PFL-RO), representante da bancada da Amazônia.

Eles querem garantir que somente propriedades adquiridas após 28 de maio de 2000 tenham obrigatoriamente 80% da área destinada a reserva legal na Amazônia. Antes desse prazo, que corresponde à data de publicação da medida provisória alterando a legislação florestal, a regra será igual a do antigo Código Florestal, que permitia desmatar metade da propriedade. "Isso é respeitar o direito adquirido."

Esse preceito já constava de uma versão do projeto de Mi-

cheletto, mas os parlamentares avaliaram que o artigo poderia acabar sendo vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Para evitar essa manobra no Planalto, a emenda traz o conceito do direito adquirido embutido no corpo do artigo que fixa os percentuais de preservação.

Mendes explica que não seria justo punir quem desmatou a propriedade segundo regras do Código Florestal em vigor na época. O Estado de Rondônia, que vem sendo ocupado por pequenos agricultores, é um exemplo. "Há 30 anos é impossível derrubar a mata e fazer benfeitorias." Mudar a regra de uma hora para outra irá "induzir a população a invadir a floresta e acabar com tudo".

RURALISTAS  
 DOMINAM  
 VOTOS NA  
 COMISSÃO